



ACTA N.º 2/2005

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 28 DE ABRIL DE 2005

Aos vinte e oito dias do mês de Abril, de dois mil e cinco, no salão nobre dos Paços do concelho, sito no Largo da República desta cidade, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os senhores Deputados: Fernando Lopes Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Real, José Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia da Memória, José Augusto Santos, Presidente da Junta de Freguesia da Chainça, Fernando Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Pousos, Diamantino Caçador, Lia Ferreira, Rui Caseiro, Armando Cardoso, José Manuel Verdasca e Paulo Marques. Os senhores Deputados Fernando Jorge, José Augusto Santos e José Manuel Verdasca, justificaram antecipadamente a sua ausência à sessão.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a Senhora Presidente, Dr.^a Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Dr. Gonçalo Lopes, Dr. Vítor Lourenço, Eng.º Fernando Carvalho, Dr.^a Manuela Santos, Dr. Neusa Magalhães, Dr. Helder Roque, Dr. Daniel Pereira e Eng.^a Isabel Gonçalves.

A sessão foi presidida pelo Dr. José António Sousa e Silva, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores Deputados:, Paulo Reis, 1º Secretário e Dário Antunes, na qualidade de 2º Secretário.

Havendo “quorum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 20.30 horas, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**



1. **APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO** nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
2. **INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E RESPECTIVA AVALIAÇÃO – APRECIÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 53º, DA LEI N.º 169/99, DE 18/09, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11/01;**
3. **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 53º, DA LEI N.º 169/99, DE 18/09, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11/01;**
4. **RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2004 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 53º, DA LEI N.º 169/99, DE 18/09, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11/01;**
5. **PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA - APRECIÇÃO DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;**
6. **ALTERAÇÃO AO OBJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO DA CARPALHOSA; APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;**
7. **MINUTA DE CONTRATO COMPLEMENTAR AO CONTRATO DE CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES COLECTIVOS URBANOS NA ÁREA DO CONCELHO DE LEIRIA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO- APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;**
8. **OPERAÇÃO DE ARBITRAGEM DO I EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DAS OBRAS DO ESTÁDIO NO ÂMBITO DO EURO 2004, ATÉ AO MONTANTE DE €11.619.294,15 – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;**
9. **AUTORIZAÇÃO PARA A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS (AICE) – LEIRIA CIDADE EDUCADORA – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO;**

RESUMO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE 17.02.05 A 16.04.05

ENTIDADE	ASSUNTO	DESPACHO
FREGUESIA DE MONTE REDONDO	CONVITE P/CERIMÓNIA EVOCATIVA DA ELEVACÃO DE MONTE REDONDO A VILA	TOMEI CONHECIMENTO
CML	FEIRA DE FORMAÇÃO VOCACIONAL – CONVITE	IDEM
FOLHETO EDIÇÕES &DESIGN	APRESENTAÇÃO DO LIVRO “OS ABUTRES” – CONVITE	IDEM
AMLEI	PEDIDO DE AFIXAÇÃO DE EDITAL – CONVOCATÓRIA P/ASSEMBLEIA GERAL	DAR CUMPRIMENTO AO SOLICITADO



ANMP	ENVIO DO BOLETIM MENSAL	TOMEI CONHECIMENTO
CML	APRESENTAÇÃO PÚBLICA DA TAÇA DA EUROPA DE ATLETISMO-LEIRIA 2005 – CONVITE	IDEM
ADLEI	SOLICITA INFORMAÇÃO SOBRE A DATA DA DISCUSSÃO PÚBLICA DOS USOS DO PROJECTO DO ARQUITECTO GONÇALO BYRNE P/A RUA DIREITA	IDEM
FREGUESIA DE SANTA CATARINA DA SERRA	XXV ENCONTRO DE JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE LEIRIA – CONVITE	IDEM
MANUEL ROSA DE OLIVEIRA ÓRFÃO	ENVIA P/CONHECIMENTO EXPOSIÇÃO/RECLAMAÇÃO SOBRE CONSTRUÇÃO INDUSTRIAL EM DESACORDO COM PROJECTO APROVADO NA FREGUESIA DE POUSOS	IDEM
GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO DE LEIRIA	INFORMA QUE FINALIZA AS SUAS FUNÇÕES E ENVIA AGRADECIMENTOS EXTENSIVOS A TODOS OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	IDEM
ANMP	SEMINÁRIO SISMOS EM PORTUGAL – ACTUAÇÃO EM EMERGÊNCIA	IDEM
ANMP	ANULAÇÃO DA CIRCULAR SOBRE SISMOS EM PORTUGAL E ENVIO DE NOVA CIRCULAR	IDEM
C.M.NAZARÉ	CONGRESSO DO MAR – CONVITE	IDEM
C.M.NAZARÉ	III JORNADAS PARA O DESENVOLVIMENTO – CONVITE	IDEM
ANMP	ENVIO DO BOLETIM MENSAL	IDEM



ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Boa noite senhoras e senhores Deputados, vamos dar início à nossa sessão.

Para que a Mesa fique composta, chamava o Deputado Dário Antunes para o lugar de 2º secretário.

Gostaria de informar os senhores Deputados, que há uma inscrição de um munícipe, o senhor Manuel Simões, para intervir no período dedicado ao público, no final dos trabalhos.

Seguidamente iríamos apreciar, discutir e votar a acta da sessão ordinária de 24 de Fevereiro de 2005. a qual foi previamente distribuída.

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, aprovar a acta da sessão ordinária de 24 de Fevereiro de 2005.

Relativamente ao resumo da correspondência que foi enviado, informo, que posteriormente recebi um abaixo assinado, enviado pelo senhor Manuel Rosa de Oliveira Órfão e que diz respeito à construção de um pavilhão de indústrias poluentes, no lugar de Padrão, freguesia de Pousos, subscrito por cerca de 140 munícipes. Julgo que a Câmara Municipal já tem conhecimento deste assunto e que já está a desenvolver diligências nesse sentido, mas como o mesmo não faz parte do resumo da correspondência, os senhores Deputados que pretenderem analisar o documento poderão solicitá-lo ao gabinete de apoio.

Vamos passar ao período de perguntas orais à Sr.^a Presidente da Câmara.

Estão abertas as inscrições!

Senhor Deputado Manuel José Carvalho, vai usar da palavra!



DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Boa noite, Manuel José Carvalho, do Grupo de Cidadãos Independentes.

Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, senhores Deputados, antes de mais queria deixar aqui uma mensagem pessoal e julgo que será partilhada por todos. Tenho conhecimento que dois colegas desta Assembleia se encontram doentes e, apesar de serem nossos adversários políticos, estou-me a referir nomeadamente ao senhor José Manuel Verdasca e ao senhor Rui Caseiro, estão a passar maus momentos. Na qualidade de técnico na área da saúde e também como colega, não podia deixar de desejar um rápido restabelecimento em nome do Grupo de Cidadãos Independentes, a estes dois nossos colegas.

As outras duas coisas que gostaria de falar, têm a ver com o evento que se vai realizar brevemente, aliás já recebi o convite, estou a referir-me à cerimónia de inauguração da Feira de Maio. Quem vive naquela zona da cidade como nós e quem entra na cidade pela zona norte, continua a ver o nosso estádio com aquelas telas todas rotas. E por isso mesmo a menção que fazia era em relação à previsibilidade para retirarem aquelas telas definitivamente ou repor as telas em melhores condições, porque a panorâmica que se tem ali num dos melhores restaurantes da nossa cidade tem um efeito muito negativo. Também em relação a esse efeito negativo, estou a lembrar-me daquele placard alusivo ao EURO 2004 que está na rotunda da fonte, penso que está rasgado já há um mês, por altura da intempérie e não se vê quem arranje ou retire o placard. São duas imagens que dão um aspecto de descuido às pessoas que vêm de fora e realmente era importante chamar a atenção para essa situação.

Nem tudo é mau, quem gosta de passear a pé já o pode fazer à beira do rio, até à zona da variante e do Marachão, mas de noite subsiste o problema da iluminação, porque continua a não ser um lugar muito seguro, os dias vão aumentando mas de noite, quem quiser fazer o seu passeio, não o pode fazer por razões de segurança.

Outro assunto que gostaria de voltar a falar, tem a ver não só com a Sr.^a Presidente mas também com a freguesia dos Marrazes, relativamente ao eterno problema do estacionamento ali nos Correios, na rua que dá acesso principal aos Marrazes. Já houve uma intervenção em termos de sinalização, tirou-se o trânsito num sentido e voltou-se a pôr o trânsito e parti do princípio que ao voltarem a repor o trânsito no sentido ascendente e descendente, estaria lá todos os dias, pelo menos, um polícia a orientar aquele trânsito. Quem passa naquela zona entre as nove e as nove e meia



para os Marrazes, das duas uma, ou bate com o carro ou tem que se cruza com o autocarro que vem no sentido descendente e que chega ali e não consegue passar e todos os dias é o mesmo problema. Como sabem, fui um daqueles que votou contra a localização daquele centro, na altura ainda do Eng.º Lemos Proença, naquele sítio, tinham dito que era um armazém de distribuição e não um armazém para atendimento público como é actualmente e a Sr.ª Presidente sabe perfeitamente bem que aquele é o sítio errado para aquele efeito, não há estacionamento , não há nada e portanto, era importante que o assunto fosse resolvido de uma vez por todas. Eras estas as questões que no fundo queria referir. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

A pergunta que queria fazer à Sr.ª Presidente, era relativamente à informação que chegou hoje ao nosso conhecimento, que o Tribunal de Coimbra, teria decidido que dezanove lotes no Vale da Cabrita terão que ir abaixo e os respectivos proprietários serem indemnizados por erro da autarquia, por terem adquirido os mesmos. Gostaria que esclarecesse esta Assembleia sobre o que é que está em causa, o que é que se passou verdadeiramente e dar o máximo de informação acerca do teor da decisão do tribunal. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Se não há mais inscrições, dou a palavra à Sr.ª Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Boa noite a todos!

Começava pelas questões colocadas pelo Deputado Manuel José Carvalho, as quais foram todas muito pertinentes.

Relativamente às telas do estádio, as mesmas irão muito em breve serem substituídas por telas publicitárias, as quais em simultâneo irão tapar aquele espaço. Na altura do EURO isso não foi possível, porque colidia com os “sponsors” do EURO, e portanto optou-se por aquele tipo de cenário. Neste momento já não há esse constrangimento porque há empresas interessadas em fazerem ali a sua publicidade.



Muito em breve irão ser substituídos, o processo está em negociação com as várias empresas interessadas e o problema irá ficar resolvido, julgo que até para melhor.

Em termos do placard a situação é a mesma, é nosso, o mesmo foi oferecido na altura pela Sociedade EURO 2004 e vamos mantê-lo porque vai passar a ser um placard publicitário de vários eventos, etc, e no fundo irá ter o mesmo papel que os outros painéis publicitários que temos na cidade.

Em relação à iluminação das margens do rio, embora parte da intervenção já esteja pronta há algum tempo, houve outra que teve de ser concluída e portanto a iluminação vai ser conjunta e a perspectiva que há nas últimas negociações com a EDP, é que ainda esta semana a iluminação irá ser colocada por forma a permitir a utilização daquele local durante a noite, dado que durante o dia já é muito utilizado.

Relativamente ao estacionamento na zona dos Correios, fica a nota no sentido de solicitarmos a presença da polícia, a verdade é aquela que referiu, aquilo está extremamente mal localizado, porque não é só um sítio de armazenamento é também de atendimento ao público e o problema só se resolverá definitivamente com a saída daquele serviço dali. Neste momento o problema já está resolvido, os CTT adquiriram um lote na Cova das Faias, aliás foi um assunto que em determinada altura foi aqui falado, tem já o projecto concluído e vão pedir de imediato o licenciamento de uma construção para onde vão transferir aqueles serviços, portanto, é apenas o tempo de concluírem a construção.

Relativamente à situação referida pelo Deputado Luís Pinto, de momento não conheço nenhuma decisão. Agora, o que lhe posso contar é que, é um processo muito antigo, foi autorizado o loteamento do Vale da Cabrita e em determinada altura, quando foram fazer as implantações dos prédios no respectivo loteamento, chegou-se à conclusão, que seria irrecomendável fazerem-se algumas alterações ao loteamento. Julgo que essas alterações foram aprovadas até por unanimidade em reunião de Câmara, estou a falar no mandato anterior ao meu, e do ponto de vista urbanístico e arquitectónico a solução era melhor. O que aconteceu foi que, do ponto de vista administrativo não foi acautelado o facto de essa alteração ao loteamento exigir a assinatura de todos os loteadores e houve um que na altura falhou. Esse indivíduo sentiu-se prejudicado, levou o processo para tribunal, arrastou-se durante vários anos e houve finalmente já aqui há uns meses, a informação não é recente, uma decisão de uma juíza do Tribunal de Coimbra cujo teor apontava para o facto não terem sido seguidos os trâmites administrativos obrigatórios e ordenou a



reposição do loteamento inicial. Ora, a reposição do loteamento inicial era impossível, porque entretanto as construções foram surgindo de acordo com as alterações que foram introduzidas, portanto, há aqui uma incapacidade prática de repor o loteamento inicial na medida em que isso implicaria a demolição dos prédios que já estão feitos. Da nossa parte houve uma contestação com esta fundamentação, ou seja, pela incapacidade prática em repor a situação inicial, a qual foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara. Neste momento estamos a aguardar que haja uma decisão final relativamente ao processo, na sequência do recurso interposto pela Câmara, para o Supremo Tribunal. Deve ser essa a informação que lhe chegou ao conhecimento mas não é uma informação recente.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não há mais inscrições, vamos passar ao período das intervenções políticas.

Faça favor senhor Deputado Paulo Pedro.

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

O assunto que hoje trago aqui, já me fez subir a esta tribuna várias vezes para o abordar e diz respeito à opção tomada pela SIMLIS e pelas autarquias desta região, relativamente ao tratamento do saneamento básico, produzido nos nossos concelhos. A opção passou sobretudo pela construção de uma grande ETAR no extremo do concelho de Leiria, numa decisão que eu considero até um bocado apressada e até empurrada, como todos se lembram ela teve pelo menos três localizações diferentes, e de repente como era necessário fazer a candidatura ao quadro comunitário e haviam prazos a cumprir, foi apressada e empurrada e localizou-se claramente no extremo oposto do concelho de Leiria e até dos concelhos que ela vai servir, nomeadamente o concelho de Porto de Mós e parte do concelho da Marinha Grande e Batalha. Portanto fomos pô-la totalmente na zona norte do concelho, na zona mais longe possível de Porto Mós, da Batalha e até do centro produtor de Leiria, que é sobretudo esta zona sul do concelho de Leiria.

Nunca concordei com esta solução, não concordo e acho que a decisão foi tomada sem se acautelarem algumas questões técnicas importantes. Primeiro esta localização implica quilómetros e quilómetros de colectores porque é preciso transportar os efluentes para o extremo do concelho, alguns desses colectores com



quase um metro de diâmetro, colectores rígidos e que vão passar numa grande parte pelos campos do Vale do Lis. O que acontece, na minha opinião e espero que esteja errado, senão isto vai ser uma catástrofe, é que aqueles terrenos não irão suportar aqueles colectores que lá estão a ser colocados ou seja, são colectores rígidos, aquelas terras são muito alagadas, dão-se muito facilmente, quem passar pelo Vale do Lis e passar por alguns pontões que são feitos em manilhas, tem a noção que há desníveis anualmente, ao fim de algumas décadas e isto pode acontecer com aqueles colectores. O facto de termos uma malha de quilómetros e quilómetros de colectores, que não são os normais, são feitos para as ETAR'S normais, veio implicar que a sua instalação tenha custos a quadruplicar ou mais. Neste momento, não tenho números mas provavelmente já foram gastos alguns milhões em colectores e estações elevatórias, porque não são só os colectores, são também as estações elevatórias. Faltou-me dizer uma coisa há pouco, é que levámos a ETAR para um sítio onde existem três ETAR's num raio de cinco quilómetros. Existe a ETAR do Pedrógão, a ETAR do Coimbrão e a ETAR da Vieira e foi lá que fomos localizar a megalómana ETAR do Norte. Lembro, que estes colectores, rebentam com toda uma estrada para serem colocados. Não são como os colectores habituais, em que se rebentam dois metros de pavimento, agora rebentam-se cinco, seis, sete metros de pavimento para passar este colector.

As estações elevatórias que estão a ser construídas, algumas delas são coisas enormes, que devem custar quase tanto como custou a ETAR do Coimbrão ou do Pedrógão, fico preocupado Sr.^a Presidente! Eventualmente posso estar errado e para mim era bom que estivesse errado, dá-me a sensação que chegámos agora a um ponto em que se calhar já gastámos o dinheiro todo nos colectores e provavelmente para a ETAR, vamos ter que esperar por um outro quadro comunitário. Oxalá eu me engane e não seja assim.

No meu ponto de vista, acho que teria sido mais lógico distribuir pelo concelho duas ou três ETAR's de média dimensão, com colectores de diâmetro mais reduzido, com menos impactos negativos em termos de construção e eventualmente mais seguros. Vou lembrar-vos só o seguinte, cada estação elevatória tem uma boca de saída para uma vala porque não pode funcionar sem isso se houver uma inundação, estamos a falar de estações elevatórias que ficam em zonas inundáveis, algumas dessas valas vão ter ao rio Lis, pergunto se houver uma catástrofe no fim do emissário que tem quase um metro de diâmetro e se essa estação elevatória ficar sem funcionar



durante um a três dias, a catástrofe não será no rio Liz e no resto, porque concentrámos tudo no mesmo sítio. É este o meu problema! Mas alguém assumiu esta questão, eu nunca a assumi. É importante sabermos hoje quem é que assumiu esta questão porque não vai acontecer o que aconteceu com a ponte das Mestras e o que aconteceu com as Olhalvas, que têm problemas, foram mal implantadas, nunca deveriam ter sido implantadas naqueles sítios, mas está tudo bem com toda a gente, ninguém chamou ninguém à responsabilidade e eu espero, sinceramente espero enganar-me, que aquilo venha a funcionar muito bem e que não venha a ter problemas nenhuns, mas também espero que daqui a alguns anos se houverem problemas, possamos chamar alguém à responsabilidade e quero os milhões de contos que estão a ser enterrados sem sabermos se virão a funcionar e espero que venham a funcionar para que o problema do saneamento em todas as freguesias do concelho seja solucionado. Eu sempre estive contra aquela localização e não é por ser na minha freguesia, não é essa a questão que está em causa, é por uma questão técnica. Dizem que uma mega ETAR é mais produtiva, digamos assim, do que duas ou três ETAR's pequenas, então e o custo de instalação de todos os colectores que estão a ser feitos agora? E o custo da estação de bombagens que estão a ser construídas? Não é uma nem duas, são várias que estão a ser construídas.

Quando este problema se começou a despoletar, houve uma Comissão para podermos analisar isto, porque não somos pessoas que pura e simplesmente estamos contra as coisas, que se formou na freguesia do Coimbrão, para vir discutir este problema com a Sr.^a Presidente e com os técnicos da SIMLIS. E nessa altura, a Sr.^a Presidente foi muito peremptória em dizer que nesta situação não poderia acontecer o que aconteceu com outras situações, em que instalações por exemplo do aterro sanitário, tiveram compensações para as Juntas de Freguesia e para as populações que iam ser sacrificadas. A Sr.^a Presidente disse logo que neste caso, isso não se adoptava e nem era discutível esse assunto. Ora bem Sr.^a Presidente, as populações estão a ser muito prejudicadas neste momento e se houvesse alguma compensação, não devia cair o céu à terra por causa disso. Vou-lhe só lembrar que neste momento, a construção dos emissários encerrou ao trânsito a principal via de ligação do Coimbrão à Vieira. Está encerrada à quatro meses e vai estar assim mais uma série de meses. As populações estão a sofrer com isso. Não tiveram nada em troca, pelo contrário, só tiveram prejuízo porque abdicaram de muitas obras nas últimas décadas para a construção das duas ETAR's na freguesia, para agora serem



desmanteladas. Portanto estamos a ser claramente prejudicados em todo este processo. A população está a ser prejudicada porque não tem uma via de acesso que lhe fazia falta, e não sabe quando é que vai ter, foi uma via que desapareceu por completo para ser construído o emissário, e, está a ser prejudicada também porque todos os dias passam lá camiões com terra e tubos que vão descarregar lá ao campo e vão continuar a passar durante toda a vida útil da ETAR, porque neste momento não temos outra alternativa senão a passagem pelo centro do Coimbrão. Mas quero lembrar também que, estes camiões vão transportar lamas e a Sr.^a Presidente ir-me-á dizer que isso não tem inconveniente nenhum. Não sabemos se terá ou não terá, o certo é que, as populações estão a ser prejudicadas.

Portanto Sr.^a Presidente, como houve situações no concelho em que as populações para serem ressarcidas destes prejuízos, tiveram que haver alguns benefícios para as freguesias, nesta situação, creia que teria ficado bem também algum entendimento nesse sentido. Por agora disse!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Recentemente tivemos conhecimento que temos um novo Vereador do Desporto, que aproveito para saudar, vamos ter com toda a certeza um novo Presidente do Conselho de Administração da Leirisport, e pensamos que fazia sentido, sabermos em termos de direcção política, o que é que vai acontecer no futuro, nomeadamente até às eleições. O Partido Socialista tem tomado bastantes posições sobre esta matéria, sobretudo a nível do executivo, porque aquando da constituição da Leirisport, foi afirmado aqui nesta Assembleia que um dos propósitos era agilizar, ganhar eficácia, poupar meios etc.

Hoje, é possível, sem exagero e sem sequer ser necessário uma análise muito profunda, provar-se exactamente o contrário. A empresa municipal trouxe mais burocracia, mais custos, mais problemas a toda a área desportiva, e não só conseguiu tudo isso, como criou uma centralização de decisões, de poderes de gestões, que não cumpriu os objectivos a que se tinha proposto e sobretudo também, em termos de custos, muito contribuiu para os problemas que a autarquia tem hoje. O estádio é muitas vezes utilizado e apontado como o principal problema, não o deixará de ser concerteza, mas a verdade é que hoje, quando falamos de pavilhões, de piscinas, etc., avolumam-se os problemas, as dificuldades de



investimento, de reparações a nível até da higiene, a todos esses níveis as situações pioraram consideravelmente.

Era importante de facto sabermos, se a autarquia julga que com um novo Presidente do Conselho de Administração, toda a eficácia que havia sido prometida e que não foi concretizada vai ou não acontecer, se acredita nisso, ou se já há projectos, intenções que vão noutras direcções ou se toda a política que houve até agora e que em nosso entender se tem revelado num desastre de toda a ordem, financeira e de organização, se vai continuar. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não há mais inscrições, dou a palavra à Sr.^a Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Ora bem, começando pela intervenção do Deputado Paulo Pedro, em relação à ETAR norte, o que posso dizer aqui nesta Assembleia é que o senhor Deputado foi devidamente informado sobre os estudos técnicos que foram feitos, não pela Câmara como é sabido mas pela SIMLIS, no sentido de se chegar aquela opção técnica. Foi-lhe dado conhecimento, foram-lhe feitas as devidas explicações, pode desconfiar, pode não acreditar mas isto não é uma questão de fé ou de crença, e portanto, aquilo que ele sabe é o mesmo que eu sei naquilo que nos foi apresentado em termos de soluções técnicas e em termos de soluções globais, no sentido de vir a ser desmantelada a ETAR da Ponte das Mestras, por razões claramente aquilo que disse, sobretudo de localização, porque está localizada em leito de cheia, é efectivamente o menos indicado para localizar uma ETAR, e em determinada altura de finalização do projecto, foi considerado que, do ponto de vista técnico, do ponto de vista económico e do ponto de vista de solução estratégica, era mais correcto ficar no fundo duas grandes ETAR's, a das Olhalvas e a ETAR norte, desmantelar a da Ponte das Mestras e vir a ficar a ETAR norte, com os efluentes dos vários concelhos que aqui foram referidos. Até prova em contrário, acredito que a solução é boa e não tenho nenhuma razão para desconfiar.

Relativamente à questão que aqui trouxe, das contrapartidas, como sabe não foi da minha responsabilidade o pagamento ou não das contrapartidas, também nunca cheguei à certeza que contrapartidas reais é que foram pagas, houve uma deliberação de Assembleia mas também nunca cheguei a perceber se foram efectivamente pagas ou não, agora o que acho e disse-lhe isso já aqui, em várias



reuniões que temos tido sobre o assunto, que devemos exigir por parte da empresa responsável pela construção, é a reposição daquilo que estragar e tem que obrigatoriamente repor melhores acessibilidades, conforme o combinado. Agora não me parece correcto compensações para pagar a localização de um equipamento, que todos sabemos ser um equipamento importantíssimo para os concelhos, isto é tem uma abrangência maior para a região. Esta é a minha posição, podemos discordar, também discordamos noutras coisas.

Relativamente às observações do Deputado Luís Pinto, o que lhe posso dizer é que de acordo com a lei, as empresas municipais têm que ter três administradores, há um período de sessenta dias para se completar essa composição do Conselho de Administração, a Câmara a seu tempo dirá alguma coisa sobre isso e naturalmente que resolverá o problema da saída do Vereador que simultaneamente era Presidente do Conselho de Administração da Leirisport.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Terminado o período de antes da ordem do dia, vamos entrar na ordem do dia .

ORDEM DO DIA

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

Alguém se deseja pronunciar sobre este ponto?

Não há inscrições!

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade tomar conhecimento do Relatório de Actividade do Município e do Relatório Financeiro.

2. INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E RESPECTIVA AVALIAÇÃO – APRECIÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 53º, DA LEI N.º 169/99, DE 18/09, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11/01;

Em relação a este ponto, gostaria de dar uma explicação muito sucinta.



Enviei para todos os senhores Deputado, sete folhas correspondentes a outras tantas de um conjunto de cerca de duzentas folhas que tem este documento. Está aqui para consulta, se assim o entenderem, mas foi meu entendimento que o interesse para os senhores Deputados seriam os bens imóveis, nomeadamente os terrenos e os outros bens não teriam tanto interesse porque têm a ver sobretudo com material de escritório e mobiliário. No entanto, mesmo assim se quiserem inteirar-se de todo o inventário, ele está aqui à vossa disposição para consulta.

Dou agora a palavra ao Deputado Paulo Pedro.

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Pedia só uma pequena explicação à Sr.^a Presidente, provavelmente porque há propriedades que foram adquiridas pelos Serviços Municipalizados e eventualmente não foram incluídas nesta listagem. Aparece aqui a ETAR do Pedrógão mas não aparece a do Coimbrão e portanto tinha essa dúvida. Depois aparecem aqui algumas situações que me parecem estranhas considerarem-se do património privado da Câmara Municipal, nomeadamente terrenos para arruamentos e terrenos para jardins. Tenho algumas coisas dessas na minha freguesia e pensava que estas situações não eram do domínio privado da Câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É domínio público!

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Mas então se é domínio público, todas as estradas camarárias têm que ser inventariadas? Essas não estão cá mas fazem parte do inventário. Estou esclarecido. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr.^a Deputada Susana Silva, a sua intervenção é sobre este ponto?

Faça favor!

DEPUTADA SUSANA SILVA (Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa)

Boa noite, Susana Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa.



Dado o mapa que nos foi apresentado, era possível termos o somatório de cada uma das rubricas? Eu explico. Acho que é uma falha na apresentação porque depois o valor deste mapa de inventário não coincide com o valor que vem no balanço

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Posso explicar Sr. Presidente?

O senhor Presidente há pouco acabou de dizer que tem na posse dele o inventário exaustivo de todos os bens e que enviou para todos os Deputados, algumas rubricas, nomeadamente os bens imóveis. Mas o inventário completo está aqui para consulta e portanto é natural que as listagens que tenha não sejam o total das listagens que aqui estão.

DEPUTADA SUSANA SILVA (Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa)

Então posso ter o somatório por cada rubrica!

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Isto não está por rubricas, está no total e posso-lhe dar esse valor que são vinte e um milhões oito mil quatrocentos e vinte e oito mil euros e setenta e cinco cêntimos e o que têm aí é só o total dos bens imóveis.

DEPUTADA SUSANA SILVA (Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa)

Então é possível termos acesso a esses somatórios todos? Tudo bem!

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Mais alguém se deseja inscrever para este ponto?

Este assunto é só para apreciação da Assembleia, portanto não há votação.

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea c), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera por unanimidade tomar conhecimento do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e respectiva avaliação.

3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 53º, DA LEI N.º 169/99, DE 18/09, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º



Estão abertas as inscrições!

Deputado Luís Pinto faça favor.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

O relatório de gestão da Câmara Municipal de Leiria, relativo ao ano de 2004, merece um redondo chumbo da bancada socialista. O relatório apresentado traduz uma autarquia praticamente paralisada e um completo desastre financeiro que compromete gravemente o futuro de Leiria. O desequilíbrio económico do Município, no ano de 204, caracteriza-se por ser monstruoso, sendo urgente no entender do PS, a implementação de um plano de reequilíbrio financeiro, com a duração de dez anos, que possibilite o pagamento da dívida de curto prazo e emergir a Câmara do afundamento financeiro, recuperando a sua credibilidade.

O passivo da Câmara, que engloba a dívida bancária, as dívidas a terceiros de curto prazo, a locação financeira e o factoring, no final de 2004, perfaz cem milhões e seiscentos mil euros. O executivo PSD neste mandato de três anos mais que duplicou o montante do passivo, em dois anos cresceu cento e dez por cento. Se dividirmos o passivo da autarquia pelas cento e vinte mil pessoas que residem em Leiria, chega-se à conclusão que cada leiriense deve 840 euros. Os juros de empréstimos e de contratos de locação financeira, pagos pelo Município, totalizaram 3, 9 milhões de euros, o que representa já um peso de 5% do orçamento. Nos últimos dez anos, a Câmara contraiu cerca de 82,6 milhões de euros de empréstimos, tendo nos sete anos de governação da Dr.^a Isabel Damasceno, a dívida aos bancos crescido 841%, passando de 8,7 milhões de euros em 1997, para 82,6 milhões de euros em 2004.

Conforme menciona o relatório do Tribunal de Contas, o endividamento bancário contraído, põe em causa a capacidade de investimento da autarquia, em áreas prioritárias do serviço público, nos próximos vinte anos.

Em relação às dívidas da Câmara a terceiros, verificou-se de 2003 para 2004 cresceu 56%, representando já 16% das receitas totais de 2004. Em sete anos de governação da Dr.^a Isabel, a dívida a fornecedores passou de 3 milhões trezentos e quarenta e seis novecentos e um euros, para mais do triplo, sendo actualmente de doze milhões duzentos e cinquenta e cinco mil e catorze euros.

Se a situação financeira da autarquia é motivo de preocupação, em que é urgente tomar medidas de saneamento financeiro, a análise que fazemos das obras e iniciativas da Câmara nos últimos três anos, em especial no ano de 2004, é de



completa desilusão e de falta de prioridade. As despesas de investimento, tiveram uma execução de apenas 12,7 milhões de euros, representando um peso de apenas 17% do total das despesas, tendo sido executado menos de 50% do que previsto em sede de orçamento. A falta de rigor financeiro e a desorientação estratégica, confirma a incapacidade do PSD para inovar ou dar respostas concretas, aos problemas dos munícipes.

Numa análise detalhada do mapa de execução do plano plurianual de investimentos, verificamos que 38% das acções nele inscritas, não foram executadas, o que revela a justeza das nossas críticas, feitas aquando da sua votação, de que este documento era feito para vender ilusões; Leiria, tem cada vez mais necessidade de protecção social e a Câmara responde com a inexistência de pedidos de habitação social, deixando ao abandono a degradação do seus bairros sociais.

Espera-se por uma reabilitação urbana da zona histórica e a Câmara responde com a aquisição do edifício do ex-Banco de Portugal e a modernização do Mercado de Sant'ana, executando apenas 10% do montante previsto, cerca de trinta e cinco mil, euros e continua por tapar o buraco da Rua Direita.

Exige-se uma política activa de preservação do ambiente e a Câmara continua sem resolver o problema da sucata, numa das entradas de Leiria; Desespera-se por saber que estratégia existe para rentabilizar o estádio e a Câmara responde com a realização de festas de casamentos e baptizados; Exige-se uma política de desenvolvimento desportivo, alicerçada nos clubes do concelho, que seja criteriosa e justa, no entanto a Câmara continua com um contrato com o União de Leiria, que está ferido de nulidade e que é desvantajoso para o concelho; A reparação da rede viária é do Município e é urgente e a Câmara responde com a construção de uma ponte onde ninguém passa; Em 2001, anuncia-se a construção de um novo terminal de transportes colectivos e a Câmara fica a aguardar por eventuais contrapartidas de promotores imobiliários; A autarquia concordou, que o Mercado Municipal de Leiria, tinha que ser revitalizado e reaproveitado, enquanto espaço central da cidade com novas valências, mas nem um cêntimo se gastou em 2004, no seu projecto de remodelação.

Para finalizar, em relação ao dossier Polis, as obras eram para terminar em 2004, mas o relógio teve que andar para a frente. Por tudo isto, os documentos de prestação de contas hoje em apreço, são a absoluta confirmação de que este poder está gasto, ultrapassado e sem rumo, merecendo a reprovação do PS. Obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado Francisco Francisco.

DEPUTADO FRANCISCO DO ROCIO FRANCISCO (CDS/PP)

Boa noite a todos!

Sr. Presidente, Sr.^a Presidente da Mesa, Senhores Deputados.

Em relação as opções políticas tomadas pela Câmara, nem sequer me vou pronunciar porque penso que o Deputado Luís Pinto já transmitiu a opinião unânime de quase todos os membros e por isso limito-me ao balanço, que me envergonharia de aceitar de um aluno do primeiro ano da faculdade quanto mais de uma autarquia como esta. Do trabalho que fiz, comparando o balanço dos últimos anos com algumas autarquias deste País, é pena reconhecer que Leiria é o pior. Vou analisar só algumas rubricas e começo pela afirmação feita no preâmbulo do balanço, feita por quem o elaborou.

As demonstrações financeiras, ainda não evidenciam todos os elementos, à avaliação e à tomada de decisão. Então para que queremos estes papeis?

O POCAL entrou em vigor em 2002, o balanço de 2004, na minha opinião, está pior do que o de 2003. alguns documentos de prestação de contas, ou não existem ou melhor seria que aqui não estivessem, porque mostram-nos incrivelmente a falta de coerência que existe entre os dados. Há mapas que apresentam um valor e há outro mapa que apresenta um outro. Eu tinha vergonha de perder quinze linhas em dois parágrafos, a demonstrar diferenças de 1,99 euros, quando tenho aqui diferenças de milhões de euros. Pergunto, para que foram gastos seiscentos e cinquenta mil euros, ou seja, cento e trinta mil contos, dos nossos dinheiros, dos nossos impostos, equipamentos, software, informática. Se não há que fazer ao dinheiro, façam obras sociais, não brinquem com os impostos.

Qualquer entidade chumbaria este balanço. As amortizações são nulas, afinal já existe inventário, não as fizeram porque o prejuízo seria incalculável. Só olhando um pouco para o balanço, podemos verificar que o imobilizado tem diferenças abismais, pergunto, quem é que deu autorização ao Chefe Administrativo, para emendar os dados de 2003, aprovados aqui por nós e aprovados em Câmara? A coluna do ano de 2003, está diferente do balanço que foi aqui aprovado; Se não estamos aqui a fazer nada, vamos todos para casa e o Chefe dos Serviços Administrativos, preenche os dados com os números que entender. Se repararmos só na rubrica "imobilizações financeiras", e para não me alongar em números, no ano de 2003 a Câmara dizia que tinha três milhões trezentos e oito mil euros; Neste momento, diz que se



enganou e que afinal eram em 2003, sete milhões trezentos e vinte e três. Mas o balanço foi aqui aprovado por nós, se queriam emendar vinham cá com ele e admitiam o erro.

Tive a informação, pode não ser fidedigna, que o Tribunal de Contas devolveu o balanço de 2003!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Isso não corresponde à verdade e por isso pedia-lhe que tivesse algum cuidado nas afirmações que faz...

DEPUTADO FRANCISCO DO ROCIO FRANCISCO (CDS/PP)

Então peço desculpa!

Por exemplo as existências, no ano de 2003 diziam que era zero e agora dizem que afinal existem lá valores. As dívidas de médio e longo prazo, não coincidem com o mapa auxiliar. Não se entende. Em relação aos fornecedores, disseram-nos que deviam um milhão seiscentos e treze mil euros, e agora vêm-nos dizer que afinal eram quatro milhões oitocentos e sessenta e oito, para não falar já da conta sessenta e dois, em que as despesas subiram mais de 50% de 2002 para 2003. a conta sessenta e dois, para quem não estiver familiarizado com contabilidade, são os custos correntes (água, luz, electricidade, etc.) .

A única coisa em que se pode acreditar e aí julgo que os valores estão correctos, é o mapa de controle orçamental, mas esse já existia. Então para que foi gasto dinheiro em informática? Em software?

Se repararmos, os impostos indirectos, comparando 2004 com 2001, subiram 45%. Alguém tem que realmente pagar as dívidas e as despesas que a Câmara está a contrair. As despesas correntes de 2004, comparando com 96, subiram 180%, as freguesias afinal só levaram 100%; Os custos com pessoal, por exemplo, subiram mais de 100% desde 2004.

Para não estar a ser maçador, pelos dados que tenho aqui, as despesas de estrutura da Câmara de 2004. Comparando com 96, subiram 158%, comparando com 2001 subiram 64%; O serviço da dívida só aumentou 400%.

Termino, lendo *ipsis verbis*, para não ser maçador e peço desculpa se ofendi alguém, com um excerto contido no preâmbulo, do balanço que nos apresentaram: " as não reflectem adequadamente a situação económico-financeira do Município e o



resultados das suas operações". Então, como podemos apresentar um documento que no seu preâmbulo diz que não está certo?

Repito, peço desculpa se ofendi alguém!

DEPUTADA SUSANA ERVILHA (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Boa noite, Susana Ervilha, Cidadãos Independentes.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.^a Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados;

Nos documentos apresentados, há um reconhecimento que as demonstrações ainda não transmitem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do desempenho. Mas andamos nisto desde 2002. Apresentou-se no início a desculpa do desconhecimento técnico e a dificuldade no domínio dos funcionários na nova linguagem do POCAL, mas três anos depois, as justificações repetem-se e mantêm-se. Mas o que é certo é que as conclusões do relatório de gestão não contemplam as limitações referidas pela Sr.^a Presidente, que desde logo põe em causa este relatório. Igualmente merece a nossa reprovação, a análise dos dados, sem os encargos da Câmara Municipal com a Leirisport, ao separar o efeito negativo do estádio da Leirisport, de modo a não influenciar o resto da actividade da Câmara. Só que todos nós sabemos que a Câmara assumiu as dívidas e tem que pagar todos os encargos.

Realçar ainda na demonstração de resultados, que o passivo aumentou cerca de 33,5%, aumento este que não tem qualquer correspondência em termos de activos, a não ser que sejam as transferências para a Leirisport. Em relação ao ano anterior, o aumento da dívida total é superior a 50%; Uma referência ainda, à rubrica "Outras", que continua a ter verbas muito significativas, o que pensávamos devia ter tendência a acabar com a introdução do POCAL.

Finalmente uma referência às dívidas a terceiros, onde a situação dos fornecedores é extremamente grave, pois apesar dos alertas e das operações de factoring, o seu crescimento triplicou em relação ao ano anterior. Daí, o nosso voto contra!

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Paulo Pedro, Presidente da Junta do Coimbrão, Partido Socialista.

Sr.^a Presidente. Permita-me que comece por uma explicação a esta Assembleia, relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia, e nomeadamente, às transferências que dizem respeito aos protocolos de delegação de competências.



Efectivamente a Sr.^a Presidente e os Srs. Vereadores, fazem muitas vezes uso dessas transferências, para justificar digamos que, o elevar das verbas que têm passado para as Juntas de Freguesia e a melhoria do seu funcionamento por essa via.

É bom que a Assembleia saiba, que essas transferências de verbas, são sempre acompanhadas das transferências de competências e assim, as autarquias/Juntas de Freguesia, obrigatoriamente tiram da Câmara uma despesa que a Câmara passa a não ter. Nomeadamente materiais, falo pela minha freguesia, em que a brigada nunca mais lá foi não só para fazer reparações como mesmo para não fazer obras novas. Parece que esta questão não tem sido geral, têm sido feitas obras novas pela brigada, pelo menos grandes reparações, mas na minha freguesia nunca mais lá foram. Portanto, é importante que se saiba que, muitas vezes vimos isto escrito na comunicação social, o aumento das verbas para as Juntas de Freguesia, parece que é uma benesse mas não é só uma benesse, é também um aumento de dores de cabeça para as Juntas de Freguesia e um aumento do trabalho dessas Juntas de Freguesia. Quanto a isso disse!

Relativamente ao relatório que estamos aqui a analisar, tenho dito nos últimos anos e não sou levado a sério, a maior parte das vezes parece que estou aqui a mentir à Assembleia e isto incomoda-me muito. A freguesia do Coimbrão tem-se sentido muito prejudicada nos últimos anos, com a distribuição de verbas e queria demonstrar aqui hoje, mais uma vez, que esta situação é verdadeira.

Fiz um apanhado com as páginas do plano de execução orçamental, em que isso vem escrito e portanto, qualquer pessoa pode acompanhar esta minha ideia. Vou-vos referir meia dúzia de obras, se calhar para não vos maçar muito não as refiro todas senão posso estar a ser maçador, mas rapidamente: Página 2, Jardim de Infância do Coimbrão, estavam previstos cinco mil euros no plano inicial e foram gastos zero; Página 4, Extensão de Saúde do Coimbrão, estavam previstos duzentos mil euros, foram gastos zero; Página 5, Plano de Pormenor da frente marítima da Praia do Pedrógão, estavam previstos quinhentos euros, foram gastos zero; Página 5, Requalificação da marginal da Praia do Pedrógão, estavam previstos setenta e seis mil duzentos e vinte e cinco euros, foram gastos zero; Sanitários e Balneários da Praia do Pedrógão, estavam previstos sessenta mil euros mais ou menos, foram gastos seiscentos e oitenta e cinco euros; Parque Infantil do Pedrógão, estavam previstos seis mil cento e oitenta e cinco, foram gastos zero; Recuperação



Paisagística da Lagoa da Ervedeira, na página 7, estavam previstos cento e quarenta e nove mil euros, foram gastos dezassete mil e seiscentos euros, provavelmente o pagamento de alguma obra de dois ou três anos anteriores; Página 8, Monitorização da Lagoa da Ervedeira, estavam previstos três mil euros, foram gastos zero; Estrada Atlântica, estavam previstos onze mil trezentos e vinte e quatro euros, foram gastos na totalidade, deve ter sido num projecto; Estrada da Bajanca, estavam previstos cinquenta mil euros, foram gastos zero; Drenagens pluviais da Praia do Pedrógão, está lá inscrita verba mas não estava previsto rigorosamente nada para o ano de 2004; Mercado da Praia do Pedrógão, estavam previstos cento e cinquenta e nove mil euros e foram gastos quatro mil seiscentos e cinquenta euros. Ou seja, no total estavam previstos setecentos e vinte mil euros, foram gastos trinta e quatro mil euros, uma percentagem Sr.^a Presidente, de 4,76%, se o computador não se enganou a fazer estas contas. Isto nas obras da responsabilidade da Câmara Municipal.

Relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia, com base nesses protocolos de delegação de competências, efectivamente foram transferidas 92% daquilo que estava previsto, mas todas as Juntas levaram e até nesta situação, convido a quem tenha algumas dúvidas, houve freguesias que levaram o que era justo e portanto não estou contra elas, mas quem analisar as páginas 4 e 5 dos fluxos de caixa, e somar as duas rubricas de transferências, correntes e de capitais, facilmente vê que há freguesias que efectivamente levaram aquilo que era justo e a freguesia do Coimbrão levou muito menos do que algumas dessas freguesias, mais ou menos da mesma dimensão.

Sr.^a Presidente, acho que a freguesia do Coimbrão tem sido prejudicada nos últimos anos, tenho-o tentado dizer aqui, tem sido prejudicada com a gestão camarária, provavelmente é por minha culpa. Tenho pena que o seja, mas também se tivesse a certeza que era por minha culpa ia-me embora, não quero minimamente prejudicar a freguesia do Coimbrão. Gostava de a alertar para este facto, a si e aos senhores Vereadores, porque o que estou aqui a dizer é em relação aquilo que estava inicialmente projectado para o Coimbrão e aquilo que foi efectivamente pago. Pode a Sr.^a Presidente dizer que começaram as obras no Mercado, na realidade não se gastou um tostão no ano passado a não ser aquilo que referi aqui e isto é que é importante. Obrigado.



DEPUTADO OLEGÁRIO ANGÉLICO (PPD/PSD)

Olegário Angélico, PSD.

Não venho aqui fazer a defesa das acusações que aqui ouvimos. De qualquer maneira, queria só deixar duas notas que me parecem relevantes.

Em relação às transferências para as freguesias, todos nós sabemos que as freguesias são muito carenciadas, os Presidentes de Junta exercem todos uma actividade muito meritória e que tem sempre o nosso apreço, e portanto, sabemos que as freguesias nunca recebem aquilo a que tem direito. Contudo, no documento de prestação de contas que nos é aqui presente, verificamos que as transferências para as freguesias de 2002 para 2004, tiveram um crescimento de cerca de 250%, com competências logicamente. Mas isso, é uma luta de toda a gente, incluindo as Câmaras Municipais, todos pugnamos para que o Governo e o orçamento central, dê mais competências às Câmaras Municipais e claro, as verbas correspondentes para essas competências. Mas e isto é só um pormenor, curiosamente, por coincidência, foi hoje publicado no Diário Económico, e isto responde ao discurso político do Deputado Luís Pinto, o qual está preocupado porque o relatório do Tribunal de Contas diz que o nosso futuro está hipotecado. Vemos aqui, citando o que vem no jornal, que quarenta e cinco autarquias, não tem capacidade de endividamento neste ano de 2005. Dessas quarenta e cinco, que crescem em relação a 2004 de 39 para 45, há seis que aparecem aqui pela primeira vez, verificamos e vou citar só alguns casos, que a Marinha Grande não se pode endividar, Rio Maior não se pode endividar, Santarém não se pode endividar, Torres Novas a mesma coisa, Lisboa, Porto, etc. Não vou alongar-me mais. Curiosamente, o Município de Leiria, vem no "top tem", das que mais se podem endividar e portanto, a capacidade de endividamento do Município de Leiria, está nas dez primeiras, é a décima não é a primeira, com o montante que aqui está expresso da sua capacidade de endividamento, são quase dois milhões de euros, e portanto sem querer dizer que a nossa situação é brilhante, é seguramente melhor que a das quarenta e cinco que não se podem endividar. Tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Antes de dar a palavra à Sr.^a Deputada Laura Esperança, queria dizer o seguinte:

Na intervenção feita pelo senhor Deputado Olegário Angélico, ele iniciou-a falando aqui em acusações. Quero chamar a atenção e dizer que nesta casa, toda a gente pode falar o que quiser, desde que respeite os adversários. As análises políticas que



cada um faz, é da sua exclusiva responsabilidade, houve algum burburinho quando o Deputado Luís Pinto levantou algumas questões e fez determinadas afirmações, mas é a análise que ele faz, as pessoas podem ripostar, aliás, não assisti aqui nas anteriores intervenções a qualquer falta de respeito. Houve análises políticas, concordam uns, discordam outros, mas ainda não houve aqui mais nada e por isso não intervim.

Dava então a palavra à Sr.^a Deputada Laura Esperança.

DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)

Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

Eu intervenho apenas para fazer também um testemunho, relativamente aquilo que o Deputado Paulo Pedro disse. Compreendo-o, foi explanado, mas a minha experiência de facto é diferente. Para quem tem estado com atenção, o executivo da Junta de Freguesia de Leiria, tem sido bastante mais eficaz do que o executivo anterior, e esse desempenho deve-se a diversos factores, mas tem uma componente financeira muito forte. E essa componente financeira muito forte, tem exactamente a ver com esta rubrica que foi aqui já evidenciada, em que a Câmara Municipal transfere para as freguesias 237%, a Junta de Freguesia também está nesta rubrica e de facto é muito importante para a freguesia de Leiria, que a Câmara Municipal tenha esta postura porque efectivamente, apoia imenso o meu desempenho. Além disso, esse desempenho, não tem exclusivamente a ver com a componente financeira como eu disse, tem outras, mas tem uma fundamental que é também a questão das despesas com o pessoal. Elas vêm a diminuir como se vê no quadro seguinte, estou a olhar apenas estas duas rubricas em termos de gestão e de facto posso orgulhar-me de ter a única técnica de serviço social da freguesia, penso que será a única freguesia do País que tem, foi um pedido que a Junta de Freguesia de Leiria fez à Sr.^a Presidente da Câmara, essa técnica é paga integralmente por este orçamento da Câmara Municipal, mas ela efectivamente trabalha na freguesia de Leiria.

Como disse, era apenas este esclarecimento que queria dar, porque a minha opinião não é exactamente a sua.



DEPUTADA SUSANA SILVA (Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa)

Eu pedi a palavra em relação aos protocolos das delegações de competências nas Juntas de Freguesia.

Há uma coisa que distingue quando analisamos os protocolos de delegação de competências. Não quer dizer que o facto da Câmara Municipal tenha realizado esses protocolos com as Juntas, tenha feito mais 200% de investimento nas Juntas de Freguesia. Eram obras que eram feitas por administração directa da Câmara e que passaram a ser administração da Junta, ou seja, esses 200% de valor, que aparecem realçados na prestação de contas, não houve a duplicação do investimento nas Juntas de Freguesia. A forma é que é outra de fazer o investimento e por isso, não vamos dizer que até as Juntas já têm um aumento de 200%, porque parece que neste mandato as Juntas foram beneficiadas com o dobro do dinheiro e que tiveram essa possibilidade de fazer. Ou seja, as obras que eram antes realizadas pela Câmara e sob a sua responsabilidade, passaram a ser feitas à responsabilidade da Junta, porque esta aceitou que teria capacidade para o fazer, mas isso não duplica o orçamento.

Em relação à prestação de contas, só lamento uma coisa. De facto, os documentos que são aqui apresentados, não têm conexão possível. Podem dizer que é do POCAL, ou do sistema informático ou do software, mas acho que este documento devia representar, pelo menos, que as contas que apresentassem no balanço fossem o somatório dos mapas anexos. Não o é e acho que é um grande desrespeito para com a Assembleia Municipal. Obrigado.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Venho naturalmente usar do direito de resposta, fui visado na intervenção do Deputado Olegário Angélico, e para lhe explicar uma coisa que, provavelmente pelo seu pouco tempo de Deputado, não tem acompanhado as minhas intervenções nesta Assembleia.

Eu pessoalmente e a bancada do Partido Socialista, não está especificamente muito preocupada se temos mais ou menos capacidade de endividamento. O que nós tornámos evidente, provando com factos, é que a capacidade de endividamento e a dívida da autarquia aumentou muito significativamente e a obra é que não se vê. Não gosto muito das comparações, dos quarenta e cinco Municípios, etc, porque e



como já aqui foi referenciado em intervenções anteriores, podemos ter um desses quarenta e cinco Municípios que está endividado à banca, por exemplo, e não dever a fornecedores, pode até ter uma condição financeira melhor que a autarquia de Leiria. Não sabemos, estamos a falar de cor. E depois, isso é que me preocupa, é que muitos desses Municípios que estão endividados, se calhar têm uma qualidade de vida e obras realizadas, e têm se calhar o seu problema de saneamento resolvido e o abastecimento de água a todo o lado, etc, etc, que nós não temos. Essa é que é a questão e portanto, às vezes esta coisa dos défices das dívidas, parece que é por aí, mas não, nós temos que ver é em termos de obra e o problema é que temos uma dívida galopante, que muitas vezes nem se sabe bem qual é, porque como aqui já foi hoje dito, agora já se estão a rectificar questões de 2003 e números que afinal não eram bem aqueles. Nunca iremos saber exactamente qual é a dívida, nunca houve essa transparência, porque o POCAL não está a ser cumprido integralmente como devia, logo, não podemos fazer esse tipo de comparação. Só para dar um pequeno exemplo e para não irmos mais longe, quando aqui há dezasseis anos o anterior Presidente da Câmara dizia que éramos a terceira cidade do País, agora nem nas primeiras cem ficamos em termos de desenvolvimento. Mas ficando aqui mais perto, se formos de automóvel para a Praia do Pedrógão e vamos da Marinha Grande para a Vieira ou para São Pedro, parece o terceiro mundo e a Europa. São as diferenças. Se me perguntar, qual era a gestão que preferia ter, onde é que preferia ser habitante, onde é que me sentia recompensado com impostos, tem a resposta clara.

DEPUTADO AMÉRICO COELHO (Presidente da Junta de Freguesia de Ortigosa)

Sr. Presidente da Assembleia, Sr.^a Presidente da Câmara!

Vinha aqui responder ao Deputado Olegário e vou-lhe pedir que no mandato de 2002, o senhor me explicasse aonde é que, no caso concreto da Junta de Freguesia da Ortigosa, foi o aumento de 250%. Em 2002 estava orçamentado para a freguesia da Ortigosa, vinte e nove mil cento e noventa e cinco euros, foi pago pela Câmara vinte e cinco mil setecentos e vinte seis. A Câmara neste momento, desta obra, ainda nos deve três mil quatrocentos e sessenta e nove euros, em 2002 foi só.

Em 2003, liquidaram trinta e cinco mil euros, havia outra verba para Jardim/Fonte de Santo Amaro, de dezasseis mil seiscentos e setenta e quatro euros, no orçamento de 2003, ainda hoje na totalidade, a Câmara deve esse valor. Em 2004, quando saiu o orçamento, a Câmara de Leiria deu uma listagem ao jornal Região de Leiria, para



saber as obras que estavam no orçamento para cada freguesia. Acho que agora ficava bem à Câmara, da mesma forma que fez isto, pedir ao semanário Região de Leiria, para também publicar, das obras que mencionou que ia fazer, as que fizeram. No caso concreto da Ortigosa: Requalificação do quartel de Bombeiros, estavam previstos trinta mil euros e mais tarde, a Câmara chegou à conclusão que não podia dar esse valor, zero; Escola EB1 da Ortigosa, estavam previstos vinte e cinco mil euros, investidos zero em 2004; Construção de habitação social, estavam inscritos no orçamento cinquenta mil euros, investidos zero; Circuito de manutenção cinco mil euros, investidos zero; Escola de Trânsito, vinte e cinco mil euros orçamentados, investidos zero.

Como vê, os tais 250% de aumentos que o senhor referiu, para a freguesia de Ortigosa não foram e é isso que temos criticado na gestão desta Câmara, porque notamos que há diferenças entre Juntas de Freguesia. E o que notámos aqui hoje, foram dois Presidentes de Junta do PS a queixarem-se, apenas isso.

DEPUTADO LUÍS DA MOTA PINTO (Presidente da Junta de Freguesia de Colmeias)

Boa noite, Luís Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeias.

Venho aqui lembrar um pouco o que se passa nas Colmeias, porque para muita gente, a freguesia das Colmeias é afilhada da Sr.^a Presidente. A Junta de Freguesia de Colmeias recebia há dois anos, falando em contos, cerca de seis mil e seiscentos contos. Não estou a falar de protocolos, estou a falar das transferências mensais para as Juntas. Hoje, a Freguesia de Colmeias e julgo que isto foi aqui negociado, recebe à volta de quinze mil contos; Não estou contente Sr.^a Presidente, como é óbvio, mas dá para a gente melhorar um bocadinho a nossa freguesia e ir gerindo os nossos dinheiros. Disse.

DEPUTADO FRANCISCO DO ROCIO FRANCISCO(CDS/PP)

É só para corroborar do que disse o Deputado Luís Pinto.

Realmente o peso do investimento na despesa de capital da Câmara Municipal de Leiria, se compararmos por exemplo com Faro, Braga, Évora, Guarda, Porto ou Santarém, é a que tem menos efectividade, investiu mais, mas na realidade não tem comparação com as outras e se repararmos nos activos financeiros, de 2004 para agora, subiram sabem quanto? Mil duzentos e vinte e um por cento. Os impostos directos de 2004 comparando com 1999, subiram 290%, portanto também temos de



comparar o peso do investimento nas despesas de capital, que também não chega a atingir os valores das outras.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não há mais inscrições, dou a palavra à Sr.^a Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

A primeira observação que queria fazer era em relação à apresentação das contas, uma explicação formal.

Quem ouvir alguns do senhores Deputados a falar, parece que aquilo que se apresenta, não tem nada de coerente, não tem elementos nenhuns. Apenas faltam dois elementos na apresentação das contas, o balanço e a demonstração de resultados, todo o resto está perfeitamente contemplado, é obrigatório e está lá.

O que significa que, dado ao facto sobretudo do inventário não estar ainda completo, pela especificidade que tem de fazer um inventário de um concelho desta dimensão, que aliás acontece em cerca de 80% dos Municípios do País, não há amortizações e logo, o balanço está incompleto. Quanto ao resto, contém exactamente todos os elementos e mais, tem os elementos necessários aquilo que é uma contabilidade orçamental, ou seja, tem as comparações todas, tem as dívidas todas, tem os mapas comparativos do que estava previsto e do que foi realizado, tem as comparações da evolução da receita, da evolução da despesa e portanto, só queria aqui desmistificar que apenas faltam dois elementos e que está devidamente explicado na introdução do balanço.

Duas notas a seguir em relação à intervenção do Deputado Luís Pinto, que fez um plágio *ipsis verbis* da apresentação do senhor Vereador aqui na Câmara, sim senhor, é uma coerência total. Como disse vou fazer alguns reparos aquilo que disse e vou-me servir exactamente daquilo que disse a ele na reunião de Câmara.

É referido na sua intervenção, que a Câmara contraiu empréstimos de Tesouraria. Isso não é verdade, aliás os empréstimos que a Câmara contraiu nos últimos anos, é sabido, foram empréstimos específicos para um projecto especial. Há uma nota que acho engraçada. Falam agora nos empréstimos como se caíssem do céu aos trambolhões, há dois dias. Os empréstimos foram aprovados nesta Assembleia, com autorização desta Assembleia, o estádio foi feito com o apoio desta Assembleia e em determinada altura foi posta à consideração desta Assembleia, se fazia sentido a Câmara encontrar alguma solução imobiliária ou se fazia sentido fazer contracção de



empréstimos, a longo prazo, de forma a não prejudicar o investimento normal. E foi esta mesma Assembleia que entendeu dever-se optar pela contracção de empréstimos. Tanto mais que, conforme aqui foi dito, a Câmara continua a ter, um saldo de possibilidade de contracção de empréstimos muito significativo. Conforme o Deputado Olegário aqui disse, que eu desconhecia de todo o que vinha no jornal, mas é a verdade. Todos os anos nos é distribuído um rateio para contracção de empréstimos e nós, por questões de gestão, para não estarmos a sobrecarregar mais do ponto de vista de empréstimos, não temos utilizado e aquilo vai aumentando, todos os semestres nos vão dando mais dinheiro. Esta é uma nota em relação à questão da dívida.

Relativamente à dívida a terceiros, porque é importante para os senhores irem acompanhando e não dizerem que não sabem, a dívida a terceiros que era no final de Dezembro de 2004, de doze milhões duzentos e cinquenta e cinco euros, conforme já foi dito, passou a 31 de Março deste ano, a ser de sete milhões quatrocentos e noventa mil euros. Não interessa fazer comparações, só naquilo que nos interessa. Ainda hoje vinha num jornal local, que curiosamente uma Câmara com uma dimensão se calhar a terça parte a nossa, que tem uma dívida a terceiros apresentada no balanço de 2004, de cerca de quatro milhões de contos. Portanto é tudo relativo, porque acho que neste momento uma dívida a terceiros de sete milhões quatrocentos e noventa mil euros, não é dramático e nós conseguimos efectivamente suportar.

Por outro lado, a questão de que não há obras. Só não vê obras quem não quiser ou for cego ou estiver de má fé!

Relativamente às despesas com Pessoal, já aqui foi lembrado que as despesas com Pessoal diminuem, de 2003 para 2004, 1% e incluem todas as despesas. O que é revelador de uma manutenção equilibrada do ponto de vista de recursos humanos, sem aumentar disparatadamente e respondendo às exigências. Como sabemos, tendo em conta as respostas que têm de ser dadas a nível da gestão de equipamentos, que cada vez são mais, em animação, etc., naturalmente que são exigências a que temos que responder.

Quanto à questão da requalificação do Centro Histórico, foi apenas expurgado do orçamento, uma rubrica que tem lá "Recuperação de Centros Históricos" esquecendo-se de que, além daquilo foram feitas no Centro Histórico infra-estruturas enterradas, muitas delas da responsabilidade dos SMAS, a requalificação urbana que



está noutras rubricas, a requalificação de mobiliário público, a electrificação nova, todos esses investimentos estão noutras rubricas que não têm lá expressamente Centro Histórico. Agora, dá jeito irem só lá buscar aquela rubrica pequenina, que só lá tem um determinado valor. Relativamente ao investimento feito no estádio, que o Deputado Luís Pinto está preocupado, e que deu origem às transferências para a Leirisport, foram no ano 2000 de vinte milhões e meio de euros, em 2001 vinte e três milhões de euros, em 2002 vinte e quatro milhões de euros, em 2003 vinte e dois milhões e em 2004, novamente vinte e quatro milhões. O que significa que, não estamos a prejudicar o investimento normal, as despesas de capital continuam a ter uma expressão muito significativa, pela realização tal obra extraordinária, cujos empréstimos foram aprovados nesta Assembleia, com o apoio democrático de quem naturalmente achou que devia apoiar.

Agora só uma nota final, muito especial, em relação também à intervenção do Deputado Luís Pinto, quando diz que realmente não está satisfeito em Leiria, será concerteza muito bem-vindo à Marinha Grande, dizendo-lhe porém, que enquanto homem do associativismo, nos fará falta aqui.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Francisco Francisco, uma nota prévia, que tenho de lhe dizer.

Se o senhor não se sente bem nesta Assembleia, se se sente incomodado, então não venha cá, porque a mim não me faz falta nenhuma.

Relativamente ao Tribunal de Contas, é pura mentira aquilo que foi dito. O Tribunal de Contas recebeu todos os documentos, não nos pediu um único elemento, aceitou todas as contas. Como lhe disse, há inúmeras Câmaras do País que elaboram as contas desta maneira e nunca tiveram qualquer tipo de observação. Portanto se o senhor Deputado ouviu, diga quem é que contou, aonde é que ouviu dizer ou se é pura especulação, folclore, para vir aqui fazer estas "flores" que normalmente gosta de fazer. O senhor poderá saber muito de contabilidade privada, não digo que não, nunca tive capacidade de o avaliar, duvido que saiba muito ou alguma coisa de contabilidade pública e da forma como se gere a contabilidade pública.

Relativamente às intervenções dos senhores Presidentes de Junta, gostaria de dar apenas duas notas.

Evidentemente que as delegações de competências, conforme diz o próprio nome, não são mais que isso. Agora, tem sido prática, quer das Câmaras do País, quer das Juntas de Freguesia e um entendimento penso eu que nacional, pelo menos é o meu,



de que um euro gasto por uma freguesia vale não sei quantos euros daqueles que a Câmara gasta e assim sucessivamente. E dentro dessa lógica, foi a política adoptada por esta Câmara, delegar nas Juntas de Freguesia, através de delegações de competências, com os respectivos valores e com os respectivos objectivos. Naturalmente, que é para fazerem, senão não tinha lógica a delegação de competências, mais investimento com menos dinheiro, é a lógica que assim pressupõe. Os senhores Presidentes de Junta que não estiverem satisfeitos com a modalidade, só têm uma forma de o manifestar, é dizer que não querem. Agora não vamos é inverter o sentido das coisas, não há nada aqui a escamotear, as delegações de competências são isto mesmo e não são outra coisa.

Convinha também dizer, que no enunciado das obras que estavam previstas e não foram feitas, nomeadamente nas duas freguesias que aqui vieram falar, naturalmente todos sabemos que estamos num ano interessante, do ponto de vista eleitoral, dá jeito aos senhores Presidentes de Junta virem aqui fazer estas observações, mas esqueceram-se concerteza, de referir algumas obras, não sei de cor porque não fui ver, que foram feitas sem estarem previstas. É usual isso acontecer.

Relativamente às observações do senhor Presidente da Junta da Ortigosa, o que lhe queria dizer é que, se o semanário publicou as obras previstas, isso é problema do semanário, nós não pedimos nenhuma publicação, assim como publicaremos, se nos pedirem, aquilo que foi feito ou que deveria ter sido feito e não o foi.

Uma coisa é certa! Se formos observar as obras na freguesia da Ortigosa nestes últimos anos, se o senhor Presidente da Junta puxar pela sua consciência, naturalmente dirá que não deixou de ser apoiado, e que muita coisa foi feita na Ortigosa; Se o senhor disser, como dizem todos os outros vinte e oito que aqui estão consigo, dirão naturalmente que queriam mais, a Câmara também gostaria de fazer mais. Mas tudo tem limites e há restrições que naturalmente não dão para fazer tudo quanto se lembram. Agora, muita coisa foi feita na freguesia da Ortigosa senhor Presidente da Junta e o senhor tem que ser justo, com o apoio da Câmara, projectos interessantes, projectos merecidos para a Ortigosa sem dúvida nenhuma. Portanto, não seja injusto, porque o senhor não o costuma ser, a não ser que esteja induzido por questões eleitoralistas.



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr.^a Presidente, não posso comungar da posição que teve em relação a um Deputado, porque todos os Deputados que aqui estão, independentemente das forças partidárias que representam, foram eleitos democraticamente e ainda não ouvimos nenhum deles dizer que pelo facto de discordarem com o que é dito por algum deles, não deviam estar cá...

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

O senhor Presidente tem as suas opiniões, da mesma maneira que o senhor dá a liberdade aos outros Deputados para falarem, concerteza que também não me retirará a liberdade a mim para o fazer, se bem que às vezes parece...

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não, não parece. O que não aceito é esse tipo de postura...

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Se eles têm liberdade de falar eu também terei e portanto, manifestei aquilo que penso, porque também fui eleita democraticamente.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

As pessoas aqui foram eleitas democraticamente e ninguém ofendeu ninguém!
Os Deputados que pediram a palavra, só a terão se for para a defesa da honra.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto Partido Socialista.

Naturalmente foi invocado o meu nome e como tal, tinha que vir esclarecer algumas posições mas de uma forma muito sucinta.

Queria dizer à Sr.^a Presidente de Câmara, que de facto, há algo que nos distingue bastante. É que obviamente, e nós não dissemos o contrário, se têm feito obras...

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado, dei-lhe a palavra para a defesa da honra, não foi para intervenções políticas. Portanto, vá directo ao assunto em que se sente ofendido!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Sr. Presidente, o que eu estava a explicar era no sentido das observações que fiz, quando disse que não haviam obras e a Sr.^a Presidente retorquiu que haviam obras



só que e é que não as queria ver. Portanto estou a esclarecer para poder provar exactamente o contrário...

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado, isso não é defesa da honra! Peço desculpa, mas não lhe posso dar a palavra. O senhor não foi ofendido por isso, foi a argumentação, foi aquilo que acabei de dizer. São pontos de vista diferentes, em democracia é assim, ninguém ofendeu ninguém, portanto não lhe posso dar a palavra.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Sr. Presidente, estou a tentar esclarecer aquilo que a Sr.^a Presidente afirmou que eu disse e o que na realidade foi dito por mim...

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado, isso não ofendeu a sua honra! Não insista, porque não lhe vou dar a palavra. O tratamento que tenho consigo, tenho-o para qualquer outro Deputado que tome esse tipo de posição. Repito, ninguém aqui hoje ofendeu ninguém!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Sr. Presidente, lamento que tome essa posição, discordo em absoluto. De qualquer forma, utilizarei a declaração de voto, para defender a minha honra!

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Concerteza Sr. Deputado, tem todo o direito de o fazer!

Sr. Deputado Paulo Pedro, para defesa da honra!

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Mais uma vez aqui hoje, e disse-o na minha intervenção, saio daqui como mentiroso, claramente. Tem acontecido sucessivamente aquando das minhas intervenções, a Sr.^a Presidente dizer precisamente o contrário daquilo que eu disse e isso não está correcto.

As obras que aqui nomeei, consulteí página a página do mapa de execução orçamental da Câmara Municipal de Leiria. Se perdi alguma, venho aqui redimir-me, mas não perdi de certeza absoluta.



Relativamente aos protocolos Sr.^a Presidente, nunca disse que estava contra os protocolos. Eu queria era que se percebesse que os protocolos também incluem trabalhos para os quais nós não recebemos só o dinheiro para fazermos aquilo que quisermos. Ninguém disse que não queria os protocolos, a Sr.^a Presidente mudou o sentido das minhas palavras. Ano eleitoral Sr.^a Presidente, também estava um bocadinho a tocar-me. Não tenho rigorosamente nada a ver com o ano eleitoral, não foi isso nunca que me moveu nesta casa em termos eleitoralistas. Portanto, atacou-me quanto a mim, injustamente.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado Francisco Francisco, é para defesa da honra?

Faça favor!

DEPUTADO FRANCISCO DO ROCIO FRANCISCO (CDS/PP)

Mais uma vez peço desculpa se ofendi alguém!

No entanto, os números são nus e crus. Se também não gostasse que a parte esquerda ou direita estivesse aqui, não tinha o direito de mandar ninguém embora daqui. Penso que não ofendi ninguém, a informação que possuía em relação ao Tribunal de Contas, antes de a afirmar, saloguei o facto de poder não ser verídico e aceitei de imediato a contra-resposta da Sr.^a Presidente. Lamento, que em vez de nos explicarem os valores, nos ofendam!

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Vamos proceder à votação dos documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Leiria.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea c), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, deliberou por maioria, com 28 votos a favor do PSD e 8 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP e 2 votos contra dos Cidadãos Independentes, aprovar os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Leiria.

O senhor Deputado Luís Pinto vai fazer uma declaração de voto.



DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

O Grupo do Partido Socialista votou contra estes documentos de prestação de contas, pelas razões que aponte na minha intervenção. Aproveito para realçar uma luta que temos no Partido Socialista há muito tempo, no sentido de que haja unidade entre a Assembleia e a Câmara, ainda bem que apreciou os nossos discursos, a nossa forma de intervenção, fico muito satisfeito por estarmos unidos.

Em relação às obras é importante dizer que, de facto, a nossa ambição é completamente diferente, obviamente que tem havido obras no concelho, pensamos é que não são qualitativamente as mais necessárias em prol de uma melhor qualidade de vida e desenvolvimento do concelho. Estamos muito divergentes e pensamos que os leirienses mereciam muito mais e por isso esperamos que com uma gestão socialista desta autarquia a partir de 2005, tal venha a acontecer.

Em relação aos protocolos, sempre dissemos aqui, quer os nossos Presidentes de Junta quer o grupo do PS, que estamos a favor dos protocolos. A Sr.^a Presidente distorceu aquilo que dissemos. E aquilo que a Sr.^a Presidente não justificou, e não foi só este ano, o Presidente da Junta do Coimbrão tem vindo aqui sucessivamente todos os anos demonstrar que a sua freguesia tem sido prejudicada nos orçamentos, e não bastava isso como depois também ainda ser mais prejudicada no cumprimento desse mesmo orçamento.

Fico muito satisfeito, pela satisfação da Presidente da Junta de Freguesia de Leiria em ter tanto dinheiro. E das duas uma, ou de facto há aqui diferenças de tratamento entre os partidos e o Presidente da Junta do Coimbrão tem razão, ou então é a Presidente da Junta de Leiria que é muito pouco ambiciosa e de facto, contenta-se com pouco. Isso a Sr.^a Presidente não explicou. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Vamos passar ao ponto n.º 4!

4. RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2004 E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 53º, DA LEI N.º 169/99, DE 18/09, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º

Estão abertas as inscrições!

Sr. Deputado Manuel José Carvalho.



DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Manuel José Carvalho, Cidadãos Independentes!

O relatório de gestão dos SMAS, do ano de 2004, merece por parte do nosso grupo, algumas considerações, que orientam depois o nosso sentido de voto, que será contra.

Constatamos que, a conclusão do saneamento básico no nosso concelho, neste mandato, conforme foi prometido, é impossível. Constatamos também que, o investimento realizado em 2004, foi 67% do previsto. Houve a diminuição da transferência de receitas próprias, da Câmara Municipal em 2004 relativamente ao ano de 2003, cerca de 60%. Apesar de tudo, há um aumento das receitas dos SMAS, em 2004, cerca de um milhão de euros, em relação a 2003, pensamos nós que à custa do contribuinte, porque a água está mais cara cerca de 4,8%, e ainda por cima, isso não é correspondido em termos de obra.

Pegando nestes factores, o nosso voto vai ser contrário. Já agora também uma menção, penso que a Câmara está hoje um bocado excitada, não sei se será por causa do jogo, mas era bom que as pessoas mantivessem a calma. Há aqui uma rispidez de todos os participantes e penso que isso não leva a lado nenhum, dever-se-ia apelar um pouco à contenção verbal. Disse!

DEPUTADA SUSANA SILVA (Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa)

Em relação ao relatório e aos documentos de prestação de contas dos SMAS, há aqui a ressaltar duas coisas. Uma delas é que temos um relatório que respeita o POCAL, tem todos os mapas e acho que temos de dar os parabéns a quem organizou todo este documento, com índice, com todas as prestações de contas necessárias à boa apresentação de um relatório de contas.

Se me permitissem, gostaria só de deixar aqui uma pequena sugestão para uma próxima, que é o seguinte: 27,49% destas páginas não fazem cá falta, ou seja, são a realização pedidos e deferimentos aos SMAS. Se formos por esta linha de conta, em que como anexos ao relatório nos enviam a correspondência emitida e recebida,



cairemos num exagero e então no próximo ano teremos que pedir todos os dossiers e facturas.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Naturalmente o sentido de voto do Partido Socialista é contra, vai votar contra os relatórios dos SMAS. Tal não se deve em relação à qualidade mas sobretudo às políticas dos serviços e às insuficiências que tem vindo a acontecer. O Partido Socialista partilhou durante alguns anos a gestão dos SMAS, e saiu precisamente por aquilo que este relatório evidencia, a Câmara não cumprir com as verbas que tinha anunciado em orçamento, em termos de investimento e sucessivamente vêm-se prolongando os prazos de concretização do saneamento, à semelhança do que já tinha acontecido com a água, etc. Inclusivamente nesta Assembleia e nos SMAS, o Partido Socialista subscreveu consecutivamente aumentos consideráveis de taxas, tem sido pedido aos munícipes maiores sacrifícios no sentido de haver um aumento que tem sido superior à inflação, largamente, para que houvesse um esforço conjunto de todos e para que esta peje que existe no nosso concelho em relação à deficiente cobertura do saneamento, fosse ultrapassada com a maior rapidez possível. Tínhamos o compromisso da Sr.^a Presidente da Câmara, que até 2004 teríamos a cobertura realizada, não foi feito em nosso entender o esforço necessário para que isso tivesse acontecido e esse esforço que foi pedido aos munícipes não é correspondido, em termos de investimentos e a adiar-se *"sine dia"* este grave problema.

Dir-me-á provavelmente que não depende só da Câmara, que depende também dos Governos e nomeadamente nos últimos três anos do seu partido, desta vez sem grandes reivindicações da sua parte. Mas a verdade é que há ainda muito trabalho que não é em alta, há muito trabalho em baixa, podíamos ter ido mais longe, e sobretudo não vimos da sua parte, em relação aos governos do PSD, uma atitude reivindicativa no sentido de haver um outro investimento e uma outra atenção.

Normalmente a Câmara escuda-se sempre muito nos Governos, nas derrapagens das verbas europeias, nos atrasos, nos estudos dos outros, e muitas vezes isso tem a ver com capacidades, vimos nomeadamente no Polis, em que isso foi muito concreto, outros concelhos a conseguirem concretizar todos os seus projectos e nós ficámos



muito aquém daquilo a que nos tínhamos proposto, capacidade de reivindicação, tem a ver com intervenção, tem a ver com termos ou não uma política agressiva e tem a ver com opções e prioridades. De facto, em termos de saneamento e abastecimento de água, esta Câmara, esta gestão de duas décadas do PSD, nunca teve nessas áreas prioridade. Isso tem a ver com o nosso julgamento e com o nosso sentido de voto. É por aquilo que não se fez este ano, mas é sobretudo aquilo que não se fez nos últimos vinte anos e que devia ter sido feito com outra celeridade. Os leirienses não mereciam nem merecem ser tratados a nível de saneamento como estão a ser. Saindo das portas da cidade, temos de facto todo um vasto concelho que está por cobrir e isto não é justo em pleno século XXI. Obrigado

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não há mais inscrições, dou à palavra à Sr.^a Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Queria fazer aqui alguns esclarecimentos prévios, que no fundo, respondem às perguntas.

No final de 1997, a cobertura de saneamento no concelho de Leiria, era cerca de 33%, neste momento é de 68%. São dados objectivos.

As transferências da Câmara para os SMAS, das receitas da Câmara apenas, não estou a falar dos fundos comunitários, foram no ano de 1997 trezentos e um mil euros e no ano de 2004, dois milhões setecentos e noventa e sete mil euros. O objectivo de atingir os cem por cento, tenho-o dito em todo o lado e tenho praticado, que é importantíssima a cobertura do saneamento. Agora, o Deputado Luís Pinto antecipou-se na questão de que tem que haver um acompanhamento entre as redes em baixa e as redes em alta. A SIMLIS sofreu alguns atrasos no tempo, não tem a ver com questões financeiras, nem tínhamos que reivindicar nada, porque a SIMLIS tem o seu projecto financiado através do fundo de coesão, a referida ETAR que o Deputado Paulo Pedro falou, os emissários, etc, para completar a rede do ponto de vista de rede em alta. A SIMLIS sofreu realmente alguns atrasos, sobretudo por uma questão que tem a ver com a passagem dos emissários nos terrenos privados, tem alguma complexidade, é preciso declarar a utilidade pública e isto sofreu algum arrastamento no tempo. E portanto, não faz qualquer sentido, a Câmara antecipar investimentos que depois não são ligados às redes em alta. Estamos a fazer um



investimento significativo naquelas freguesias que já têm emissários, que por sua vez vão levar o esgoto às ETAR's existentes, nomeadamente à de Olhalvas.

Foi sempre esta a prioridade, partilhada com um elemento do Partido Socialista que esteve no Conselho de Administração dos SMAS, aliás a presença dele foi sempre com uma solidariedade total, não só nos aumentos das tarifas como referiu, mas nas decisões estratégicas. Evidentemente que fez as suas opções, deixou, mas as pessoas também não esquecem, ele esteve lá connosco até Setembro, e portanto, para o bem e para o mal foi co-responsável connosco.

A questão é esta. Não faz sentido, e quando dizem, que se faz um investimento e depois vem a alta, toda a gente sabe e temos aqui o senhor Presidente da Junta de Carvide que o pode confirmar, que houve um investimento de redes em baixa em Carvide antecipadamente às ligações e depois tiveram que se fazer trabalhos caríssimos, de desobstrução de condutas, de recuperação de condutas, etc. Ou seja, é completamente desajustado do ponto de vista técnico, para além do ponto de vista financeiro, antecipar um investimento deste género que depois não é rentabilizado. A partir de agora e isso sim, começaremos a reivindicar mais dinheiro para as redes em baixa, a partir do próximo quadro, para completarmos o acompanhamento que a SIMLIS está a fazer das redes em alta. É tão claro quanto isso. Não se pode é dizer, que não houve um esforço muito significativo financeiro, da Câmara para os SMAS, por estes valores que acabei de dizer; Como não se pode dizer, que não houve um avanço muito significativo do ponto de vista de cobertura de saneamento.

Não estamos a dizer que a cidade só está coberta, aliás, nestes 33% iniciais até havia parte da zona urbana que não estava coberta, aquilo que se vê hoje na diferença significativa do rio na cidade, é fruto evidente da cobertura de saneamento para a área da nascente. Não é por acaso que o rio há um ano ou dois ainda tinha focos grandes de poluição na passagem pela cidade, pode até dizer que mais para a frente tem, é verdade, mas ainda não está resolvido o problema das suiniculturas e o problema do saneamento para essa freguesias. Agora daqui da cidade a caminho das Cortes, a cobertura de saneamento que se fez, deu como consequência prática uma melhoria evidente da qualidade de água do rio, que é visível. Há muitas zonas fora da zona urbana, que já têm saneamento e que está a drenar para a ETAR das Olhalvas.



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Vamos então passar à votação do relatório de gestão e documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea c), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, deliberou por maioria, com 27 votos a favor do PSD, 7 votos contra do PS e seis abstenções do CDS/PP e Cidadãos Independentes, aprovar o Relatório de Gestão do ano de 2004 e os Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria.

5. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA - APRECIÇÃO DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;

A Sr.^a Presidente vai dar uma explicação prévia.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É uma delegação de competências na Junta de Freguesia da Boa Vista, para construção de um campo de ténis em betão poroso, no valor de dezassete mil oitocentos e trinta e quatro euros e vinte e cinco cêntimos. Depois duas delegações de competências na Junta de Freguesia de Monte Real, para obras em escolas, na EB1 Monte Real n.º 1 e na EB1 Monte Real n.º 2, no valor total de cinquenta e sete mil duzentos e setenta e quatro euros. Uma delegação de competências na Junta de Freguesia de Marrazes, que não tem qualquer contrapartida financeira, é apenas delegar a possibilidade da Junta de Freguesia fazer uma intervenção numa via, no Beco da Maruja e para que se possa fazer a intervenção sem qualquer tipo de problema, é necessário que a Câmara delegue essa competência. Uma outra delegação de competências na Junta de Freguesia da Barreira, construção de balneários e sanitários de apoio ao polidesportivo e Jardim do Visconde, no valor de cinquenta e cinco mil euros aproximadamente.



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Vamos passar à votação?

Quem vota contra ?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea s), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, delibera por unanimidade aprovar as delegações de competências, nas respectivas Juntas de Freguesia.

6. ALTERAÇÃO AO OBJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO DA CARPALHOSA; APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;

Alguém deseja tomar a palavra?

Não há inscrições, vamos passa à votação.

Quem vota contra ?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea s), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, delibera por unanimidade aprovar a alteração ao objecto de protocolo de delegação de competências da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa.

7. MINUTA DE CONTRATO COMPLEMENTAR AO CONTRATO DE CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES COLECTIVOS URBANOS NA ÁREA DO CONCELHO DE LEIRIA – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO- APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;

Está aberto à discussão!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Sr. Presidente, sugeria que o senhor Vereador Fernando Carvalho, desse uma explicação prévia sobre este ponto!



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Faça favor senhor Vereador!

VEREADOR (ENG.º FERNANDO CARVALHO)

Boa noite a todos. Fernando Carvalho!

Uma explicação muito sucinta.

Há algum tempo a esta parte, a Câmara, sempre que é necessário introduzir melhorias no sistema de transportes públicos da cidade, estabeleceu uma parceria com um estabelecimento de ensino superior do nosso concelho, a E.S.T.G, juntamente também contratualizou uma prestação de serviços com uma empresa na área da consultadoria e também de transportes públicos, e, esse trabalho, originou algumas propostas que estamos agora a aplicar com este contrato complementar coma Rodoviária do Tejo. Mercê desse trabalho que foi apresentado, e dado que os transportes públicos actualmente existentes, consistem mais num serviço radial e diametral à cidade, a proposta é criar um circuito na periferia interna da cidade. Esse circuito, cujo trajecto julgo que vem reproduzido na Minuta do Contrato, é um trajecto que serve a zona interna da cidade, destina-se a servir diversos equipamentos, nomeadamente equipamentos estudantis, como a ESTG, A Escola Correia Mateus, o Liceu, a Escola Comercial, etc., e destina-se também a servir outros equipamentos, na área da saúde, como o Hospital, o Centro de Saúde, Residências de Estudantes, além de estabelecimentos comerciais. Serve portanto a cidade e a sua envolvente, que tem muitos habitantes.

O que ficou estabelecido é que este serviço seja assegurado por quatro mini-autocarros, os quais terão uma capacidade até trinta passageiros, e a periodicidade consta numa passagem em cada paragem, são cerca de vinte e oito paragens de autocarros, com um intervalo de passagem, nos dois sentidos, de quinze minutos. Este é um serviço que se aguardava há algum tempo, foi necessário esperar pela concretização de algumas obras complementares, nomeadamente obras que implicam uma maior capacidade a nível de estacionamento de curta e longa duração, e com a implementação deste circuito, que se prevê para os próximos dois meses, poderemos assistir a uma melhoria efectiva na qualidade do serviço de transporte público. O horário que vai ser praticado, é entre as 07.30 e as 20.00 horas, com esta cadência que falei, e depois entre as 20.00 e 24.00 horas, com menor cadência e também aos sábados até às 14.00 horas.



Aproveitou-se digamos, a sinergia deste contrato com a criação também de um circuito inexistente à data, que é o circuito de apoio turístico, aos visitantes do Castelo. E portanto, em todos os sábados, domingos e feriados, existirá um circuito, com uma cadência de meia em meia hora, de serviço ao Castelo de Leiria.

Isto é uma prestação de serviço, a contratualização teve que ser enquadrada no sentido de contrato complementar a um contrato já muito antigo, com a Rodoviária do Tejo, que data dos anos sessenta, e como não há nenhuma entidade, digamos de operador privado, que esteja interessado em explorar este serviço, porque ele de facto não é rentável, é necessário haver um complemento financeiro. As condições financeiras deste contrato envolvem um pagamento anual do Município à empresa de, salvo o erro, duzentos e oitenta e cinco mil trezentos e trinta e seis euros, no pressuposto que não há nenhum bilhete vendido. Como é evidente queremos e desejamos que, cada vez mais, haja um incremento, haja também alguma mudança de mentalidades dos cidadãos, e que se possibilite, num prazo tão curto quanto possível, reequilibrar esta exploração. Sabemos que é um caminho que tem que ser percorrido, demorará provavelmente algum tempo, e também com a política que tem vindo a ser seguida e que continuará a ser seguida nos próximos tempos, dificultar o acesso ao centro da cidade, embora criando simultaneamente possibilidade de acesso e estacionamento em determinadas condições. Portanto, será mais apelativo, a quem mora nesta periferia interna, utilizar o transporte público do que trazer o carro para o centro da cidade. É esse o objectivo.

Com o acordo que se apresentou hoje aqui à Assembleia, prevê-se que mensalmente, seja feito um encontro de contas com o operador privado, e o diferencial entre o valor das receitas obtidas e o valor do que está aqui contratualizado como preço máximo, seja suportado pelo Município. Está também em curso e irá ser acentuada, uma campanha de marketing, apelando aos cidadãos para utilizarem o novo circuito, está também um concurso de ideias a decorrer, que permite estabelecer o nome do circuito e também a imagem gráfica do próprio circuito, uma imagem forte, e julgo que é da maior importância que todos divulguemos, depois da eventual aprovação de hoje, junto das pessoas, dos cidadãos, para que possa haver uma maior utilização do transporte público, porque como é evidente, trará mais valias do ponto de vista também ambiental, para a nossa cidade.



Se houver necessidade depois, de algum esclarecimento complementar, aos termos do contrato, usarei da palavra. Obrigado

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Estão abertas as inscrições!

Sr. Deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Reconheço, na proposta que nos é apresentada, que vamos ter melhorias, parecem-nos uma proposta cara, o valor não é simpático, mas a nossa discordância e o nosso voto contra esta proposta, vem sobretudo, pela sua falta de ambição. Melhoria certamente que sim, mas não há uma ambição, sobretudo dirigida para as freguesias, nomeadamente as freguesias urbanas mais próximas. Continuamos a não ter de facto uma solução reguladora do trânsito de Leiria, com parques de estacionamento a rondar a cidade, como sempre defendemos, em que as pessoas que venham a Leiria, possam deixar o seu carro distante, sem perturbar o trânsito e possam ter serviços de transporte eficazes, a tempo e horas, que lhes permita resolver as suas situações, sem ter que pressionar o trânsito sobre a cidade.

Apesar de todos os estudos que têm sido encomendados e muitas vezes esses estudos são de facto necessários, é preciso haver visão política também, por parte de quem decide. Nós temos um trânsito na nossa cidade, cada vez mais caótico. E esta solução, não vem alterar muito e perante o tipo de circuitos e o número repetido de paragens a que vamos assistir, até duvido que esse tempo seja cumprido. Mas dando de barato que vai funcionar, com algumas reticências, a questão é que não resolvemos o problema de base, continuamos a não resolver nem a contribuir positivamente para resolver o problema do trânsito em Leiria e sobretudo para resolver a aproximação dos nossos cidadãos das freguesias, que precisam de vir à cidade e têm que trazer o carro para dentro da cidade, porque de facto não há outro sítio onde deixar, e os transportes públicos continuarão a não resolver os seus problemas. Volto a dizer, melhoria sim, mas pela falta de ambição da proposta, porque não dá um contributo eficaz para a melhoria do trânsito em Leiria, por certo será um bom serviço para os estudantes, mas é pouco. Pensamos que deveríamos ser mais ambiciosos e parece-me sobretudo que é caro. Obrigado.



VEREADOR (ENG.º FERNANDO CARVALHO)

Só um pequeno esclarecimento.

Apenas para notar aqui uma contradição enormíssima, entre o senhor Deputado Luís Pinto e o senhor Vereador Gonçalo Lopes, porque quando o senhor Vereador Gonçalo Lopes, do Partido Socialista, votou contra na Câmara, disse que era pelo facto deste circuito ser demasiadamente ambicioso. Das suas palavras, *ipsis verbis*, vota contra porque é pouco ambicioso e portanto, este circuito nada tem a ver com as freguesias da periferia. Este é um circuito interno, que se destina a melhorar a mobilidade urbana dentro da cidade de Leiria. Não tem a ver com as carreiras de transportes públicos que servem as freguesias, existe aqui portanto, uma confusão de ideias.

Também quando se referiu à lógica de estacionamento e à falta de estacionamento dissuasor, é preciso notar que foi criado há relativamente pouco tempo, um grande parque de estacionamento, que não está totalmente ocupado, o qual quase não poderíamos classificar de dissuasor porque até está tão perto do centro da cidade e é gratuito, estou a falar do parque junto às piscinas municipais, que tem uma capacidade para cerca de duas mil viaturas, cuja distância a pé até ao centro da cidade não ultrapassa os seis/sete minutos e portanto é um parque excelente para servir a cidade. Claro que também existem e vão existir mais a curto prazo, estacionamentos de curta duração, que como é evidente têm que ser pagos, porque exigem investimentos avultados.

Para terminar, todas estas acções não têm sido avulsas, são consertadas, que resultaram dos estudos que foram iniciados pela primeira vez em Junho de 1998, pela Universidade de Coimbra, foram complementados agora com esta parceria com a ESTG e com empresas privadas, com a ajuda de técnicos da autarquia, e portanto, não estão dissociadas de uma lógica de conjunto. Tem havido planeamento, claro que a execução deste planeamento é faseado e esta é apenas uma fase da melhoria da mobilidade urbana na nossa cidade, que é o que pretendemos.



PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Sr. Deputado Gonçalo Lopes, o senhor não faz parte desta Assembleia, não pode defender a sua honra porque também não foi posta em causa, portanto é uma questão que vai ter que dirimir em sede própria. De facto, aqui não lhe posso dar a palavra.

Sr. Deputado Luís Pinto deseja usar da palavra? Faça favor!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Se o senhor Presidente da Assembleia me permite, aproveitava também para fazer um comentário às suas intervenções. Hoje brindou-nos com algumas tentativas de acerto, em relação a algumas intervenções mais ou menos ousadas ou mais ou menos polémicas. Mas depois, acaba por não intervir em outras situações, que me parecem ser mais acutilantes.

A Sr.^a Presidente e o senhor Vereador, que foi na mesma linha, usam e abusam do termo “confunde” “não sabe”, etc., e depois, não respondem sequer às críticas que levantamos. O senhor Vereador chegou aqui e disse-me que eu estava baralhado! Não, eu não estou baralhado. Eu li os documentos e sei que isto é interno. Até disse que provavelmente, é um serviço positivo e justifiquei. Agora, como é evidente e porque o tal estudo que nos fez ter os transportes públicos, de ligação às freguesias, não serve, não presta, tem que me permitir ter a ambição, ao dizer que as freguesias mereciam melhor e isso não tem nada a ver com confusão de alguma coisa.

O senhor Vereador Gonçalo Lopes, fez concerteza muitas intervenções na Câmara em muitos assuntos que até nem são aqui discutidos, em que conforme aqui foi dito hoje, se percebe que neste momento, o Partido Socialista tem uma orientação muito precisa e muito unitária. Mas obviamente que nem o senhor Vereador tem que subscrever as minhas intervenções ou fazê-las da mesma forma, nem eu não tenho que fazer em relação às dele. Portanto, o senhor Vereador votou contra e argumentou basicamente em relação a uma matéria, logo, tem que me reconhecer o direito de poder ir mais longe. Por acaso, até sei o que o senhor Vereador Gonçalo Lopes fez, que foi basear-se apenas na sua intervenção na Câmara.

Mas eu quis ir mais longe, porque além da proposta que apresenta, o que estou a criticar, é a proposta que não apresenta, para melhorar o circuito de aproximação às freguesias, e para lhe dizer, penso que qualquer leiriense constatará isso, que cada



vez é mais complicado andar dentro da cidade, cada vez se demora mais tempo. Hoje para se atravessar a cidade, ultimamente, demora-se no mínimo sessenta minutos! Ainda há pouco tempo, por causa das obras da Fonte Luminosa, quem entrasse numa ponta para sair depois na rotunda, demorava uma hora, não estou a exagerar. Portanto só para esclarecer que não há aqui nenhuma contradição na minha anterior intervenção .Obrigado

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Tem todo o direito, senhor Deputado!

De seguida vamos passar à votação desta Minuta de Contrato complementar ao contrato de concessão.

Quem vota contra?

Quem se abstém

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea q), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 11 de Janeiro, delibera por maioria, com 2 votos contra e 2 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS/PP e 2 abstenções dos Cidadãos Independentes, autorizar a concessão do serviço público de transportes colectivos urbanos na área do concelho de Leiria, nos termos da Minuta de Contrato, bem como, autorizar a celebração da respectiva escritura.

8. OPERAÇÃO DE ARBITRAGEM DO I EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DAS OBRAS DO ESTÁDIO NO ÂMBITO DO EURO 2004, ATÉ AO MONTANTE DE €11.619.294,15 – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;

Dou a palavra à Sr.^a Presidente

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.^a ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Penso que o documento é bastante elucidativo, mas só para explicar que, sempre na tentativa de diminuir custos, é apresentada esta proposta pelo Banco Dexia, com quem se contraiu o primeiro empréstimo para as obras do estádio, em que nos propõe um abaixamento da taxa de juro, passando em termos de encargos com juros, de dois milhões setecentos e sessenta mil euros para um milhão seiscentos e setenta e três mil euros, no conjunto dos anos em causa.



É efectivamente uma melhoria, e como tal, está já falado com o próprio Tribunal de Contas a aceitação desta proposta adicional ao primeiro empréstimo e é isto que está posto à consideração e aprovação da Assembleia Municipal.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições, passamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea d), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 11 de Janeiro, delibera por maioria, com 2 abstenções dos Cidadãos Independentes, aprovar e autorizar a referida operação de arbitragem nos termos constantes da proposta.

9. AUTORIZAÇÃO PARA A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS (AICE) – LEIRIA CIDADE EDUCADORA – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO;

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições, passamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea m), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 11 de Janeiro, delibera por unanimidade, autorizar o Município de Leiria a aderir à Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE).



Chegámos ao final da Ordem do Dia e antes de terminar a sessão, queria dar conhecimento à Câmara Municipal, de uma recomendação subscrita por todos os líderes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia, e volto a lembrar que há um munícipe, o senhor Manuel Simões, que se encontra presente, que pretende intervir no período dedicado à intervenção do público.

A **Recomendação** à Câmara é do seguinte teor:

“Tendo presente que segundo dados do STAPE, o concelho de Leiria tem 98.642 eleitores, e que a composição da Câmara sofrerá alterações se se



atingir os 100.000 eleitores, recomendamos ao executivo que promova junto das freguesias do nosso concelho, uma forte campanha de promoção do recenseamento eleitoral.”

Dava agora a palavra, ao senhor Manuel Simões!

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(nos termos do n.º 6, do art.º 84º da Lei n.º 169/99, de 18/99
com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01)

Boa noite!

Manuel Simões, de Caminha.

A questão que queria colocar é a seguinte:

Fiz uma participação à Câmara, acerca da construção de um muro ilegal, e da alteração da topografia de um terreno, que confina com um terreno meu. Esta participação é referente ao processo de obras n.º 222/2003 e situa-se na freguesia de Monte Real. O outro assunto, que está interrelacionado, é em relação à recusa por parte da Câmara, em me fornecer três cópias referentes à participação n.º 62/2005 e que consta do processo supra referido.

No dia 28 de Fevereiro, enviei um fax à Câmara, a participar a construção do muro ilegal. Com julguei que a Câmara me ia responder, vim de Caminha com o intuito de me deslocar à Câmara e reiterei a participação por escrito, nos respectivos serviços.

Simultaneamente à participação, solicitei que me enviassem as referidas cópias, ao abrigo do decreto-lei n.º 135/99, que permite aos cidadãos receber na sua morada, cópia de qualquer pedido de documentos que seja feito a serviços e organismos da Administração Pública. A 08 de Março, a referida participação foi remetida aos serviços de fiscalização municipais, pelo técnico responsável daqueles serviços; No dia 15 de Março, a participação estava para despacho do Director de Departamento de Obras Particulares, e à data de hoje, estava novamente na fiscalização sem qualquer despacho exarado.

No dia 29 de Março também me desloquei à Câmara, pedi três cópias referentes ao mesmo processo, porque precisava delas para completar, digamos, o meu estudo. Neste mesmo dia, dirigi-me à Fiscalização e o fiscal confessou-me que não tinha visto o muro, que no projecto tem trinta e sete metros e no local tem cinquenta e oito metros. De facto, a diferença é pequena. Queria perguntar à Sr.ª Presidente o seguinte:



Pensa cumprir o regulamento urbanístico da Câmara Municipal de Leiria? Pensa cumprir o decreto-lei 555/99? Pensa repor a legalidade referente ao processo n.º 222/2003? Sr. Presidente, não quero pensar que o senhor fiscalista, Saldanha Sanches, tenha alguma razão. Obrigado.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

O que lhe posso dizer é que efectivamente irei averiguar o que é que se passa, e pode ter a certeza que se o senhor fiscalista Saldanha Sanches tem razão, não é em Leiria.



Senhoras e Senhores Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos. Agradeço a vossa presença e até à próxima sessão.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 23.30 horas, mandando que de tudo para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, lavrei e subscrevo.-----

APROVAÇÃO DA ACTA

**De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 30 de Junho de 2005, deliberou por _____, aprovar a acta .-----
Leiria, aos 30 dias do mês de Junho do ano de dois mil e cinco.-----**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(José António Sousa e Silva)

A Assistente Administrativa Especialista

(Teresa Paula Pinto)